

Entre Vistas e Olhares

Lindamir Salete Casagrande
e-mail: lindasc2002@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Sandra Gouretti Unbehaum

fala aos

Cadernos de Gênero e Tecnologia*

Neste espaço que se constitui a sessão de entrevistas dos Cadernos de Gênero e Tecnologia temos a oportunidade de conversar com grandes pesquisadoras na área de gênero, mulheres, feminismos e sexualidade, em suas interfaces com educação, divisão sexual do trabalho, ciência, tecnologia, dentre outros tantos componentes da sociedade. Para esta edição da revista, temos a honra de conversar com Sandra Unbehaum, pesquisadora brasileira que tem se destacado nos estudos sobre gênero e raça atrelados à educação.

Na entrevista poderemos conhecer a trajetória de Sandra, como ela se constituiu pesquisadora, sua forma de pensar, ver e interagir com o mundo, bem como, os projetos com os quais esteve e ainda está envolvida. Sandra revisitou suas memórias para compartilhar conosco suas vivências e experiências e eu convido a todas, todos e todes a conhecer e se inspirar nesta grande pesquisadora nacional. Vamos à entrevista.

CGT – Sandra, agradecemos sua disponibilidade em compartilhar sua experiência e seu conhecimento com nossas/os leitoras/es. Para iniciar, gostaríamos que nos contasse um pouco acerca de sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional.

Sandra – Eu sou norte-paranaense, nascida em Rolândia, cidade colonizada principalmente por alemães, mas onde há um Museu japonês, outra cultura importante da região. De família pouco escolarizada, tive a oportunidade de estudar e trabalhar desde muito cedo. Cursei, ainda em minha cidade natal, o Magistério em escola pública e meu primeiro emprego, durante o curso, foi como auxiliar de maternal e professora de alemão para crianças da pré-escola e ensino fundamental, em uma tradicional escola privada.

Aos 18 anos, deixei minha casa e família para continuar estudando em Londrina. Foi um ato de resistência, não consciente, pois meu pai não apoiava a continuidade dos estudos, basta o ensino médio, e importante era o trabalho. Eu havia ingressado no curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Londrina (na época a Universidade era uma autarquia e, portanto, o curso era pago). Logo precisei interromper os estudos para trabalhar em tempo integral e viabilizar meu sustento. Trabalhei em escola de educação infantil por um tempo e nos finais de semana como babá. Por dificuldade em me manter, trabalhei na loja Mesbla e depois, por um ano, como corretora de imóveis. Um percurso que traduz a

dificuldade de muitas jovens mulheres, de classe baixa, cujo sonho é estudar, trabalhar e desenvolver-se profissional e pessoalmente.

Minha vida mudou radicalmente quando conheci Marcelo Ridenti, um jovem professor de Sociologia na UEL, vindo de São Paulo, com quem vivi por 13 anos e tivemos dois filhos. Ele era mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisando sobre os diferentes grupos que se engajam direta ou indiretamente na luta armada contra a ditadura brasileira. Um estudioso brilhante e apaixonado, foi qualificado diretamente para o doutorado. Acompanhando-o nesse processo descobri, literalmente descobri, que no Brasil vivemos por longos anos sob o jugo de uma ditadura, marcada pela resistência armada e por tortura e tudo o mais. Foi um choque conhecer uma história do meu país, da qual eu não tinha a mínima noção até os meus 20 anos. Foi como sair de uma caverna!

Grávida do meu primeiro filho, em 1985, fiz vestibular para Ciências Sociais, a contragosto de Marcelo, que não queria ser responsável por uma escolha profissional, cuja perspectiva de inserção no mercado de trabalho era incipiente. Mas eu precisava saber mais sobre esse Brasil tão desconhecido. É muito importante me alongar um pouco nesse percurso, porque foi definitivamente um divisor de águas em minha vida. Minha alfabetização política, sociológica e antropológica. Ingressei em um universo jamais esperado por mim ao conhecer historiadores, cientistas políticos, outros sociólogos...com os quais descobri um universo cultural por meio da literatura e música engajada, cinema nacional e europeu de arte. Lembro até hoje do meu encantamento ao chegar a primeira vez em São Paulo, capital.

Eu concluí Ciências Sociais em 1991 na Universidade Estadual de Londrina (UEL); Marcelo havia defendido o doutorado e ingressado na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP de Araraquara), seguindo seu objetivo de retornar para São Paulo. Em 1991, nos mudamos para o Bairro da Pompéia, na capital. Meu primeiro trabalho em Sampa foi como recenseadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1991 – um ótimo meio para conhecer o bairro no qual viveria por mais de vinte anos. Assim que nos mudamos, Marcelo procurou Albertina Costa, então pesquisadora da Fundação Carlos Chagas (FCC), a quem havia entrevistado para o doutorado, para saber se havia vaga para uma auxiliar de pesquisa. Bem, foi assim que fui indicada para Cristina Bruschini, minha principal mentora, com quem trabalhei por mais de quinze anos.

CGT - Como se deu sua aproximação aos estudos de gênero?

Sandra – Até ingressar na FCC para ser auxiliar de Cristina em sua pesquisa sobre o trabalho informal das mulheres e articulação trabalho/família, eu sabia praticamente nada sobre os estudos de mulheres e gênero. Cristina foi quem me formou como pesquisadora e foi ela quem me aproximou desse universo por meio de uma oportunidade ímpar de conhecer as principais referências dos estudos sobre mulheres e dos estudos de gênero no Brasil.

Ela coordenava há alguns anos o pioneiro Programa de Dotação para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, apoiado pela Fundação Ford. Em formato de editais, sendo o primeiro lançado em 1978, na época coordenado por Carmem Barroso, incentivou projetos de ação e pesquisas em suas oito edições, a última em

1998. Além de também ter apoiado o projeto piloto da Revista Estudos Feministas. Foi por meio desse programa e colaborando com as atividades da última edição do Edital, como os seminários e com um registro histórico desta iniciativa, que eu pude conhecer mulheres como Heleieth Saffiotti, Bila Sorj, Celi Pinto, Sueli Carneiro, Lourdes Bandeira, Mary Castro, Maria José Nunes Rosado, Maria Betânia D'Ávila, Sonia Correa, Malu Heilborn, entre muitas outras estudiosas de diversas áreas das Ciências Humanas. Para saber mais detalhes deste Programa incrível, e compreender meu encantamento e gratidão por essa história, recomendo a leitura da coletânea *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira* (BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra, 1998)¹.

Muitas mulheres hoje reconhecidas pesquisadoras foram contempladas pelo Programa, duas delas tornaram-se minhas amigas de uma vida toda, a Claudia Pereira Vianna e a Marília Pinto de Carvalho. Elas me convidaram, em 1994, para integrar um grupo de estudos de gênero que veio a se chamar alguns anos depois EDGES – Estudos de Educação, Gênero e Cultura Sexual (FE/USP). Era de fato um grupo de estudos, de leitura coletiva da literatura nacional e internacional sobre o conceito de gênero. É importante lembrar que quando começamos a nos reunir, não havia, no Brasil, muitas referências teóricas de gênero, sobretudo na educação. Uma das principais referências teóricas nos estudos de gênero no Brasil era Joan Scott. Nós a estudamos em profundidade. Assim como Linda Nicholson, cujo principal artigo, *Interpretando Gênero*, foi traduzido e publicado na Revista de Estudos Feministas - REF somente no ano 2000².

Buscávamos compreender a trajetória do conceito de gênero enquanto superação de explicações biologicamente determinadas, com base na definição de sexo, e compreender a sua constituição do gênero e diferentes usos como categoria analítica e seus pressupostos teóricos pós-estruturalistas.

Finalmente, procuramos problematizar algumas possibilidades e limites da perspectiva de análise apresentada por Joan Scott e Linda Nicholson. Esse foi o início, muitas outras autoras e autores foram estudados a partir das pesquisas orientadas por Claudia e Marília. Uma recém-lançada coletânea em comemoração aos 20 anos do grupo dá a exata dimensão do que ele representa para quem dele participou³.

Além de estudar, discutíamos nossos projetos de pesquisa. Um aprendizado coletivo fundamental na minha trajetória, que me inspira ainda hoje na forma de trabalhar e pensar. Claudia Vianna foi responsável por me inserir na pesquisa em educação, propriamente dita. Sob a coordenação dela tive o privilégio de ser parceira de um importante estudo sobre as políticas educacionais e de gênero na educação, que resultou em vários artigos e continua pautando nossa agenda de pesquisa.

A base da minha formação como pesquisadora foi sendo constituída a partir do debate feminista sobre as desigualdades entre as mulheres e os homens, as relações de subordinação e de poder que as permeiam. Foi também a base da minha transformação identitária, reconfigurando minha identidade como mulher forjada em um modelo patriarcal e sexista ao longo da minha infância e adolescência.

Minha pesquisa de mestrado, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia/USP e defendida em 2000, reflete esse percurso. Me propus a estudar uma das expressões das desigualdades de gênero, a responsabilidade quase exclusiva das mulheres pelo cuidado com os filhos. Eu quis compreender como certos homens brasileiros (e não as mulheres), residentes na metrópole paulista, articulam regras que configuram a relação social de casais heterossexuais a uma certa divisão sexual do trabalho doméstico e familiar.

O interesse sociológico foi aguçado por estudos, da década de 1980, que ao anunciar várias conquistas das mulheres no mercado de trabalho, no espaço público, apontavam para uma tendência a relações mais igualitárias no espaço familiar/privado. Além de estudos sobre masculinidades que se propunham a problematizar as relações hierárquicas no espaço privado. Intrigada com a permanência ainda no final dos anos noventa de uma divisão sexual do trabalho doméstico e familiar desigual, pesquisei sobre a paternidade, buscando de fato saber como um certo tipo de homem, (escolarizado, casado, com filhos de até 10 anos de idade, pertencente à camada média), vivia sua experiência de pai, como articulava com sua parceira o cuidado com os filhos, os afazeres domésticos e o trabalho profissional.

As relações conjugais, aparentemente, tornavam-se nos anos 1990 mais flexíveis, sobretudo, atribuído a um certo segmento social – o das camadas médias. Os homens que entrevistei, em particular, sugeriam, em seu discurso, uma maior flexibilidade em relação à divisão das tarefas domésticas e no cuidado com os filhos. Porém, a conversão do discurso para uma efetiva mudança de atitude – o que indicaria uma alteração da divisão sexual do trabalho doméstico – estava atrelada ao tipo de ocupação profissional e às possibilidades de arranjos domésticos em função disso.

Como se sabe, a organização social do trabalho formal pouco considera a articulação trabalho/família, no sentido de facilitar o envolvimento masculino com a lida doméstica e familiar. Do mesmo modo, são poucas as políticas públicas (leis trabalhistas, programas e ações voltadas para casais com filhos) que favorecem essa articulação ainda hoje. A legislação existente tende a beneficiar apenas as mulheres e quando elas estão no mercado formal. Isso deixa intacta uma estrutura que reforça a desigualdade de gênero ao manter a divisão sexual do trabalho, pouco favorável à ampliação da participação masculina na esfera doméstica.

Para mim, ainda hoje, esse é um dos principais desafios nas relações sociais que estruturam e sustentam as desigualdades de gênero. Alguns exemplos: a maternidade tardia ou a desistência dela, a desvantagem salarial e de progressão nas carreiras profissionais das mulheres, jornadas de trabalho que se sobrepõem e a manutenção de um modelo laboral do trabalho feminino para suprir o cuidado com as crianças pequenas (mulheres mais pobres que cuidam dos filhos de mulheres com melhor poder aquisitivo), por ausência de políticas públicas de creches com qualidade, infraestrutura adequada que atendam aos bebês e às crianças pequenas.

Por conta do meu interesse na atuação dos homens na equação das relações de gênero, sobretudo nas relações familiares, fui convidada a integrar um dos primeiros grupos de estudos sobre sexualidade, masculinidades e paternidade no Brasil, o Grupo de Pesquisa em Sexualidade Masculina e Paternidade (GESMAP),

coordenado por Margareth Arilha, que à época era uma das diretoras da Comunicação em Sexualidade (ECOS), organização não governamental, criada em 1978. Na ECOS, atuei por mais de uma década, em projetos de pesquisa, produção de vídeos e material didático com foco na educação em sexualidade e masculinidades, em projetos com jovens e formação de profissionais da educação. Essa experiência, com ações muito concretas envolvendo jovens, professores, profissionais de saúde, contribuiu fortemente para conformar meu perfil profissional atual: sou uma socióloga, que atua no campo da educação em pesquisas aplicadas que visam contribuir para a superação de todas as formas de desigualdades, mas com ênfase em gênero e raça. Eu tenho muita clareza que a minha forma de ser pesquisadora é atuar para a transformação social. Mesmo que muitas vezes o alcance mais palpável se restrinja ao plano das ideias e menos em mudanças concretas.

Duas inserções profissionais distintas, uma em instituição de pesquisa em educação e outra em uma organização não-governamental, mas que conduziram meu interesse a um mesmo tema específico: a igualdade de direitos e de oportunidades, como fundamento teórico e político para uma sociedade efetivamente justa para mulheres e homens. Em 2003, ingressei no doutorado na Sociologia da USP, novamente sob orientação do professor Flávio Pierucci, com duas questões em mente: quais os sentidos de igualdade apropriados pelas políticas públicas de gênero? Seria possível a essas políticas romperem com as desigualdades, ou se limitariam meramente a produzir uma gestão controlada dessas mesmas desigualdades?

O projeto propunha a análise de documentos de domínio público, tais como os Relatórios das Conferências Internacionais; textos de Convenções e Protocolos; Relatórios do Desenvolvimento Humano/IDH. E também, a análise de propostas de políticas públicas que visavam à superação das desigualdades de gênero, formulados pelo governo brasileiro na década de 1990. Minha hipótese era a de que as políticas de igualdade de gênero expressavam uma certa concepção retórica de igualdade, porém sem efetivo potencial transformador da realidade social, limitando-se a um caráter meramente instrumental. Isto é, uma proposta de equidade que inicialmente poderia ou deveria mostrar-se inovadora, de mudança, simplesmente, mantinha as desigualdades estruturais intactas. Um exemplo para ilustrar é o percentual de 30% de representação feminina nas disputas eleitorais. Por que não conquistamos a paridade?

Por uma série de circunstâncias pessoais, tomei a difícil decisão de interromper meu doutorado. Mas segui com os projetos nos quais estava envolvida no mesmo período, como o Programa de Dotação para Implementação de Mestrado em Direitos Humanos do Brasil, com apoio da Fundação Ford.

Anos depois, em 2010, já como coordenadora do Departamento de Pesquisas Educacionais, ingressei no doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica (PUC), sob a orientação de Maria Malta Campos. Em minha tese defendida em 2014, apresento elementos para reflexão e debate sobre a inserção das questões de gênero na formação inicial de professores, particularmente as licenciaturas de Pedagogia, que formam profissionais da educação para a educação infantil e o ensino fundamental.

A motivação, e também uma provocação, foi colocar em questão a incipiente presença de disciplinas de gênero no currículo de formação inicial de professores, a despeito do vigor do campo de estudos de gênero na educação, e do significativo investimento, há mais de uma década, de políticas educacionais promovidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/Secadi) e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Fiz um cuidadoso levantamento dos grupos de pesquisa na Plataforma Lattes, tendo como descritores principais “gênero e educação”, que revelou a existência, naquele momento, de 221 grupos, referente ao período de 1992 a 2013.

Foi interessante observar que o pico de surgimento de grupos de estudos com foco em gênero e educação ocorreu entre 2008 e 2011. O ano de 2011 é, possivelmente, reflexo de um processo iniciado em 2006, com a primeira edição do Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE), iniciativa da SPM (Secretaria de Políticas para Mulheres) e do Conselho Britânico, em parceria com o Ministério da Educação, a Secretaria de Ensino a Distância (SEED), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), bem como a Coordenadoria da Mulher e movimentos sociais dos estados e dos municípios participantes, em convênio com as universidades públicas. Nessa mesma época, o país estava em um intenso processo de expansão da educação superior. E, claro, também pela consolidação dos estudos de gênero e educação no próprio campo, com importante contribuição do GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), criado em 2004.

Por que então disciplinas de gênero e de suas implicações para a educação não ecoavam no currículo de formação inicial de professores? Era minha suspeita a existência de resistências no interior dos cursos de licenciatura quanto à inserção na grade curricular de uma disciplina com foco em gênero. Sabia que o mesmo vinha acontecendo para com outros temas, como sexualidade, questões raciais, direitos humanos. Esse pressuposto, como declarado pelas/os dez entrevistadas/os, todas/os líderes de importantes grupos de pesquisa em gênero e educação, se confirmou. No entanto, foi interessante perceber que havia também inquietações entre esses próprios docentes-pesquisadores sobre como lidar com a questão de um currículo em gênero. Expressavam dúvidas sobre como dar conta em uma única disciplina de um conteúdo com diferentes epistemologias. O conjunto das narrativas revela contradições e ambiguidades de um campo de conhecimento em disputa: há consciência do debate pela inserção de certos conteúdos e abordagens no currículo e se reconhece na mesma ordem, por exemplo, a legitimidade das questões raciais.

Constituir um currículo de formação universitária é lidar com disputas políticas e de campos de conhecimento. Nesse sentido, a existência de uma lei – como a Lei 10.639/03 alterada pela Lei 11.645/08 -, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio - favorece a tomada de decisão por criação de disciplinas, inclusive abrindo possibilidade de concurso para docentes nos cursos de pedagogia e licenciaturas.

Temas relacionados a questões culturais, como é o caso do gênero, remetem também a uma prática, a um agir docente, e ainda precisamos avançar em metodologias e práticas de ensino sobre como trabalhar com uma perspectiva de

gênero, por exemplo, na educação infantil, nos anos iniciais. Observei nas narrativas muitas dúvidas sobre como articular a teoria de gênero a uma prática docente.

Ainda assim, podemos falar em conquistas. Já é possível identificar cursos de pedagogia e licenciaturas que ofertam disciplinas com foco em gênero e temas relacionados à diversidade sexual, sexualidade; poucas são obrigatórias, predominam como optativas/eletivas. Se elas existem é porque nesses cursos existem professores que pesquisam gênero e orientam mestrado e doutorado, contribuindo para a ampliação do pensamento social sobre os impactos do gênero na e para a educação. Na minha avaliação, no entanto, vivemos um drama, pois anualmente os programas de pós-graduação em educação aprovam mestres e doutores que realizam pesquisas importantes sobre gênero, mas que dificilmente encontrarão concursos específicos, prejudicando sua inserção nas universidades, seja para atuar na formação inicial de professores, seja na pesquisa em educação. E também não temos investimentos públicos para pesquisas. E no contexto atual, de ataque, por grupos conservadores, a tudo que envolvam as questões de gênero, o cenário futuro não é animador.

CGT – Seus estudos versam sobre gênero e educação. Em sua opinião, qual a importância de se discutir gênero nas escolas? Por que você acha que esta temática é tão fortemente atacada pela ala mais conservadora da sociedade?

Sandra – Não creio que possamos encontrar uma resposta única para esse movimento. Penso que se trata de uma série de fatores que vêm se articulando ao longo deste século. E são fatores que se compõem das dimensões política, econômica, social e cultural. É um movimento que não é localizado. E se acirra em um contexto de grandes transformações nas relações sociais, com avanços nos costumes de um lado e acirramento de valores morais de outro, fortemente associados a grupos religiosos fundamentalistas, mas também marcado por persistentes desigualdades sociais.

É inevitável, para mim, não lembrar de Zigmund Bauman e a sua concepção de modernidade líquida em contraposição a uma modernidade sólida. Na modernidade líquida, a sociedade é instável, permeada pela fluidez e vulnerabilidade. Esse processo se contrapõe ao sólido, ao conhecido, ao sabido, ao previsível. Tudo mudou e nada mudou. É uma contradição imensa.

Tomando como exemplo a vida das mulheres: conquistamos muitos direitos em pouco tempo, fruto de muita luta das mulheres. No caso do Brasil, as mulheres alçaram o direito ao voto em 1933 (há somente 88 anos). A conquista do divórcio, dos direitos sexuais e reprodutivos; da autonomia econômica por meio do direito ao trabalho. Essas mudanças são estruturais e estruturantes e bagunçaram as relações sociais e sexuais, historicamente constituídas. No mundo todo, as mulheres se organizam em movimentos coletivos, desde espaços menos formais, como em espaços formais, ou seja, nas universidades, nos espaços de representação política, no mercado de trabalho etc.

O reconhecimento da violência contra as mulheres, em todos os segmentos sociais, ainda que mais presente e mais visibilizado nos segmentos mais pobres, e a implementação de leis mais rígidas também têm efeito sobre as relações sociais, colocando em xeque mate o poder e o direito dos homens sobre as mulheres. Como

as desigualdades são imensas, cria-se um terreno fértil para o controle e a dominação.

Alguns dos principais espaços em que não conquistamos lugar e voz a contento, são o político e o jurídico (penso nas altas esferas de decisão legislativa e jurídica), onde importantes decisões são tomadas, inclusive sobre direito ao nosso corpo. O corpo das mulheres é ainda regulado por homens que ocupam esses espaços e por mulheres que pactuam com a opressão. Exemplo claro disso é o Projeto de Lei (PL) 5.435/2020, que tramita no Senado e se refere a um absurdo Estatuto da Gestante. Ou seja, se avançamos muito e muito rapidamente, muitas dessas mudanças são fluidas, dispersas e não desconstruíram estruturas institucionais.

Podemos identificar mudanças fortemente presentes no discurso, na palavra, na arte, mas não nas principais estruturas que regulam as relações sociais, tais como a educação, a regulação jurídica, a religião, as relações familiares ainda definidas por um modelo heterossexual hegemônico, marcadas por desigual inserção e participação no mercado de trabalho e no acesso aos bens e direitos e ao conhecimento gerado pela sociedade (muitas mulheres não têm documentos civis que lhes garantem acesso aos direitos fundamentais).

Voltando ao ponto da pergunta: tudo isso que descrevi é conteúdo de uma epistemologia e de uma cultura de gênero. Nós questionamos tudo que é sólido, tudo que nos oprime e limita, mas uma modernidade líquida, onde tudo cabe, não é também uma modernidade plena para todas as pessoas indistintamente, menos ainda para as mulheres, principalmente para as não brancas, as não heterossexuais. Falar de gênero, falar de diversidade sexual, falar de racismo é falar de um projeto de sociedade que vise ao enfrentamento de todas as formas de desigualdades e de toda a forma de discriminação e de violência. E isso implica falar de privilégios, ninguém quer abrir mão de privilégios.

CGT – Um dos projetos que você coordenou/coordena é “Anos Finais do Ensino Fundamental: adolescências, qualidade e equidade na escola pública”. Qual o objetivo deste projeto? Quais os principais resultados alcançados até o momento?

Sandra- Sim, eu faço parte da coordenação do I Edital de Pesquisa: Anos Finais do Ensino Fundamental, com apoio financeiro do Itaú Social - IS, juntamente com Gisela Tartuce e Patrícia Albieri. Como coordenadora do Departamento de Pesquisas Educacionais, fui consultada pelo IS sobre o interesse em elaborar um edital de fomento à pesquisa aplicada, com foco nos anos finais do ensino fundamental. A FCC tem uma expertise na realização de editais para seleção de projetos de pesquisa, como o Programa de Dotação para Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (1978 a 1998), que eu comentei anteriormente. Além deste, também realizamos, sob a coordenação da Albertina Costa, o Programa de Treinamento e Pesquisa na América Latina e Caribe - PRODIR I e II (1990 – 1997), fomentados pela Fundação MacArthur, e pesquisas na área de avaliação da educação a partir do desenvolvimento de aportes teóricos e metodológicos, resultantes de atividades dirigidas a processos seletivos, contribuíram para que a FCC desenvolvesse uma metodologia específica de seleção e procedimentos que envolviam orientação e formação de pesquisadores, contribuindo para a

constituição de campos de pesquisa hoje consolidados como o de estudos das relações de gênero.

Nos últimos vinte anos, esse conhecimento e metodologia consolidados favoreceram a atuação da FCC também em um novo campo pioneiro, o de projetos de ação afirmativa para negros e indígenas no Brasil, por meio do Programa Bolsa (IFP – Internacional Fellowship Program, 2003 a 2012) e do Programa de Dotação Pré-Acadêmica – Equidade (2010 a 2015), ambos apoiados pela Fundação Ford, sob coordenação de Fulvia Rosemberg. E, mais recentemente, o lançamento do edital para Concurso de Pesquisa Negras e Negros nas Ciências, em 2016, coordenado por mim e pela parceira de pesquisa e projetos, Amélia Artes. Esse edital apoiou a realização de estudos que buscassem identificar a participação (ou não) dos negros no campo das Ciências Exatas, Biológicas, Saúde e Tecnológicas.

Na temática do ensino fundamental, a FCC realizou entre 2011 e 2012, o estudo *Segundo segmento do Ensino Fundamental: aproximando-se de sua atual configuração, pesquisa*⁴, do qual Gisela e Patrícia foram pesquisadoras, realizado com apoio da Fundação Victor Civita, cujo objetivo foi estudar a situação dos anos finais do Ensino Fundamental, investigando dados quantitativos e qualitativos para que, ao sintetizar seus principais resultados, fosse possível obter um panorama amplo sobre como se constitui esse segmento de ensino nas escolas públicas do país. Já naquele momento, o estudo apontava a pouca literatura sobre essa etapa de ensino, seja em nível nacional ou internacional. Os estudos existentes tendem a enfatizar processos de alfabetização, com pesquisa significativa sobre a criança que inicia o processo escolar e o adolescente que está em vias de concluí-lo.

Somando, então, a nossa expertise em editais – e a minha crença pessoal na potencialidade de iniciativas como essa para contribuir na conformação de um campo específico de estudos, bem como na possibilidade de colaborar para uma agenda de política educacional - com a expertise no tema, acolhemos a proposta de não só elaborar o edital e realizar todo o processo de seleção, como também acompanhar os 14 projetos escolhidos.

Recebemos quase 500 projetos de todas as regiões do Brasil. Superado o desafio de realizar uma seleção que envolvia avaliação de pares, os projetos hoje caminham para sua conclusão no final de 2021, apesar da pandemia. Todos foram prorrogados e têm contado com apoio de supervisores e do nosso Comitê Executivo. Esperamos ao longo 2021 e do próximo ano divulgar os resultados, que trarão importantes contribuições para as redes de ensino e toda comunidade atuante no campo da educação, considerando o contexto da pandemia e suspensão das aulas presenciais.

CGT – Outro viés de suas pesquisas é a participação de meninas/moças/mulheres nas STEM (Science, Technology, Engenary and Math). Por que essa temática tem se tornado tão evidente nos últimos anos? Quais impactos que esses projetos desenvolvidos país afora podem ter na construção da equidade de gênero na STEM? Como você percebe a inserção das mulheres nas ciências na atualidade?

Sandra – Eu diria que meu interesse na inserção das mulheres nas áreas STEM se coaduna como meu interesse de estudo nas desigualdades de gênero na educação. A aproximação com o tema STEM não foi espontânea, no entanto, pois surgiu de uma troca de ideias com uma consultora do Instituto Unibanco, Denise Hirao. Foi

solicitada a elaboração de um documento base para o projeto "Gestão Escolar para a Igualdade de Gênero no Ensino Médio", com o objetivo de delinear um panorama sobre o tema no ensino médio com vistas a contribuir para a fundamentação na construção de um projeto de pesquisa sobre o envolvimento das jovens estudantes na área das ciências, particularmente nas disciplinas de física, química, matemática e biologia (matemática e suas tecnologias; e ciências da natureza e suas tecnologias).

A motivação para a elaboração deste documento veio a partir da constatação da sub-representação das mulheres em algumas áreas profissionais e acadêmicas de maior prestígio, sobretudo aquelas relacionais às ciências exatas e naturais. Esse documento foi elaborado por Thais Gava e por mim, em 2015 e em 2016 foi criada uma parceria inovadora que reuniu, além da FCC e o Unibanco, o Fundo ELAS, feminista, que há 20 anos se dedica com exclusividade ao protagonismo e ao avanço dos direitos das mulheres jovens e adultas no Brasil. Juntos elaboramos e lançamos o Edital Elas nas Exatas, que apoiou 10 projetos coordenados por mulheres para desenvolverem ações envolvendo jovens estudantes do ensino médio.

Em 2018, a ONU Mulheres ingressou na parceria e lançamos um segundo edital, que apoiou mais dez projetos. Coube a nós realizar a avaliação dos projetos, uma experiência rica e transformadora. Vimos que ações de sensibilização para as questões de gênero, além de gerar uma melhor compreensão das desigualdades, contribuem para gerar um ambiente de maior confiança para as jovens e, por sua vez, para um melhor desenvolvimento delas em sua trajetória escolar e pessoal.

Realizamos ainda entre 2016 e 2017, Thais Gava e Amélia Artes, o projeto de pesquisa *Elas nas Ciências: um estudo para a equidade de gênero no ensino médio*⁵, uma iniciativa da Fundação Carlos Chagas (FCC), apoiada pelo Instituto Unibanco, que contou com a parceria do Insper e da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Neste estudo, o recorte definido foi o do ambiente escolar, particularmente em dez escolas públicas de ensino médio no município de São Paulo, momento em que as jovens e os jovens decidem pela continuidade dos estudos, ingressando no ensino superior, ou, eventualmente, finalizam ali sua escolarização. O objetivo geral do estudo foi conhecer e compreender os fatores relacionados à escola que influenciam as escolhas das jovens do ensino médio público de São Paulo, em relação à formação e carreira profissional. A pesquisa constatou que os estereótipos de gênero ainda estão muito presentes na percepção das e dos jovens sobre suas possibilidades de futuro e sobre suas interações sociais, bem como nas percepções dos professores.

A pesquisa também evidenciou que os processos de socialização diferenciados para meninas e meninos estão no centro da produção do *habitus* de gênero, o qual, incorporado por jovens, tende a indicar trajetórias possíveis nos diversos campos pelos quais transitam⁶. Outra constatação da pesquisa, no que se refere às escolhas profissionais, diz respeito à influência da família e em grau menor – porém, não menos importante – da escola, mais especificamente dos professores. Há estudos apontando para a influência no progresso das meninas de algo que se poderia denominar de viés de gênero (um preconceito) dos professores já no início da escolarização. Isto é, um professor preconceituoso poderia afetar as escolhas

profissionais que as alunas fazem, inclusive para ser matemáticas ou escolher outras áreas das ciências exatas, anos mais tarde.

Investir numa carreira profissional, que implica em muitos anos de estudos após o ensino médio representa um investimento da família, na maioria das vezes impossível para a maioria das jovens e dos rapazes também. Não à toa, a maioria delas/es afirma que pretende aliar trabalho e estudo após a conclusão do ensino médio. Esses resultados se alinham a outros estudos e relatórios técnicos como o relatório da UNESCO (2007) sobre os “efeitos” da declaração de Dakar (2000), mostrando que as meninas, em geral, não buscam as ciências e os estudos técnicos na mesma proporção que os meninos, embora ocorra variação por área temática e por país. Essa diferença seria alimentada por ações tanto na escola como na própria família e resultariam numa diferença de acesso a recursos técnicos e financeiros para a formação de mulheres nessas áreas. O mesmo documento relata, ainda, que este contexto tende a influenciar o interesse e a autoconfiança na capacidade de sucesso das estudantes.

Com você pode observar, o interesse do nosso grupo de pesquisa está relacionado ao direito à educação e às condições de igualdade não só de acesso, mas de permanência das meninas na escola. Por muito tempo acreditou-se que o hiato de gênero na educação estava superado, em razão dos indicadores de escolarização favoráveis às mulheres. No entanto, ao observar os dados sobre a participação das mulheres nas áreas das exatas, quando analisada a razão de sexo nas áreas de conhecimentos, nos cursos de graduação e nas profissões observa-se uma tendência de concentração delas em áreas como a de educação (pedagogia) e saúde (enfermagem e atenção primária). Esse é um fenômeno que vem sendo acompanhado mundialmente, ainda que se observem mudanças importantes - como um aumento da presença das mulheres em áreas antes de predomínio masculino, como no Direito, na Medicina, nas Engenharias.

No Brasil não é diferente, Arlene Ricoldi e Amélia Artes (2014), ao estudarem o contexto de prestígio profissional a partir do recorte de gênero, chamam a atenção para o fato de que o bom desempenho vivenciado pelas mulheres na educação básica e até mesmo no acesso ao ensino superior, não é observado nas escolhas dos cursos de graduação e posteriores trajetórias profissionais.

Além disso, o mercado necessita de mão de obra qualificada para alcançar seus objetivos econômicos e de desenvolvimento. As mulheres representam metade da população mundial, mas têm uma participação em torno de 25% nas ocupações nas áreas da Ciências, Tecnologia, Engenharias e Matemáticas (STEM). Como resposta a este cenário, desde o início dos anos 2000, muitas iniciativas de governos, empresas e organizações da sociedade civil estimulam ações e projetos para o enfrentamento dessas desigualdades de gênero nas áreas STEM.

Entendemos que um desafio importante ao debatermos a desigual inserção das mulheres nas áreas STEM e atuarmos em projetos que visem a estimular uma mudança nesse cenário é aliar a essa discussão a necessidade de pensar as reais condições de trabalho e de direitos para as mulheres nesses espaços, sob o risco de contribuirmos para manter e mesmo reforçar desigualdades de gênero.

CGT – Sob sua ótica, por que as mulheres enfrentam dificuldades de se inserir e se manter no meio científico?

Sandra – Os dados mostram que a principal dificuldade das mulheres não está em se inserir no meio científico, mas em manter-se nele e ocupar espaços relevantes de decisão e poder. Quero dizer que as mulheres têm ampliado sua presença em carreiras acadêmicas e profissionais que historicamente eram consideradas espaços tradicionalmente masculinos. Um estudo lançado em 2017, pela Elsevier, importante editora científica do mundo, indica um crescimento de 11%, nos últimos 20 anos, na proporção de mulheres que publicam artigos científicos⁷. Não tenho dúvidas de que a consolidação dos estudos de gênero nas universidades, por meio de grupos e núcleos de pesquisa, o legado das últimas duas décadas de uma política de governo que gerou uma série de iniciativas como o Programa Mulher e Ciência, lançado em 2005 e fruto de grupo interministerial composto pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério da Educação (MEC) ou a Chamada Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação, iniciativa criada em 2013 e que se mantém ainda hoje, com nova recém-lançada edição, desempenham um papel importante na mudança de cenário.

Além disso, o reconhecimento da desigual inserção no meio científico, no acesso a recursos de fomento, aliados à organização política de jovens mulheres feministas têm repercutido fortemente na cultura acadêmica, inclusive na denúncia de assédio moral e sexual. Vale lembrar uma importante conquista das mulheres na pós-graduação que é a licença maternidade. Considerar o número de filhos na avaliação da produção acadêmica é o tema em discussão, uma vez que estudos indicam um decréscimo em razão da maternidade, quando comparado com os homens com filhos pequenos.

Uma pesquisa realizada durante a pandemia pelo movimento *Parent in Science*, intitulado “Produtividade Acadêmica durante a Pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade”⁸, revelou que apenas 4,1% das mulheres docentes com filhos conseguiram manter a produção acadêmica remotamente. Já entre os homens com filhos o percentual foi de 14,9%. A pesquisa, realizada no primeiro trimestre de 2020, foi respondida por cientistas, entre discentes de pós-graduação, pós-doutorandas/os e docentes/pesquisadores/as brasileiros/as. Mais um forte exemplo da desigualdade estrutural de gênero.

CGT- A pandemia causada pelo Coronavírus, que abalou o mundo no ano de 2020, afetou fortemente a vida das mulheres. Por outro lado, muitas mulheres vêm se destacando nas pesquisas sobre o comportamento, o impacto e a cura da Covid - 19. Como você percebe os impactos dessa pandemia na vida das mulheres e, em especial, das mulheres cientistas?

Sandra – Estamos vivendo uma situação totalmente excepcional, cujo impacto repercutirá fortemente pelos próximos anos na vida de mulheres e de homens: pelas perdas, pela desestruturação da vida profissional, pessoal e familiar, pelo medo vivido, em muitos casos por diferentes formas de violência sofridas (desde violência doméstica até a violação de direitos básicos como não ter acesso à saúde, alimentação, trabalho). Teremos que nos resignificar e, aqueles que se saírem bem, precisarão ajudar outras pessoas, como projeto de sociedade. Não sei se temos a real dimensão do impacto. Mas eu tenho certeza absoluta de que as mulheres são as mais afetadas.

Minha convicção vem do fato de que o *ato de cuidar* define a nossa identidade como mulheres, o nosso existir, pelo modo como somos historicamente constituídas por valores morais, costumes e expectativas sociais. Somos educadas para cuidar, mesmo que não seja pela via da maternidade. Basta observarmos em quais profissões somos maioria: educação (em especial na educação das crianças pequenas); na saúde, no serviço doméstico e em atividades de limpeza, seja em escolas, hospitais, serviços públicos e privados em geral. Cuidamos de idosos, cuidamos de pessoas doentes. Sabemos que antes da pandemia as mulheres já tralhavam mais horas dos que os homens, quando consideradas as tarefas domésticas e familiares. Esse cenário é um aspecto cruel da desigual divisão sexual do trabalho, o qual não temos conseguido modificar. Não basta apenas uma mudança cultural, de visão de mundo, exige na verdade o reconhecimento de que cuidar é uma responsabilidade social, que demanda políticas públicas. E numa pandemia, o que já era precário se intensifica.

Ao mesmo tempo, justamente por sermos maioria no campo da educação e da saúde, estamos na linha de frente no enfrentamento da pandemia. As professoras têm desempenho fundamental para a saúde emocional das crianças em idade escolar e eu diria que mesmo para os jovens adolescentes. Mais do que garantir o aprendizado, o contato com as crianças e adolescentes abre a possibilidade de apoio, de acolhimento. As condições de trabalho das professoras são um desafio, considerando que muitas não dispõem de infraestrutura adequada (espaço, equipamento, silêncio, apoio com as tarefas domésticas e familiares etc.). E o que falar então sobre as mulheres profissionais na saúde! Não há como não me emocionar. São médicas, enfermeiras, técnicas, laboratoristas, faxineiras e cozinheiras hospitalares, são também as cientistas à frente das pesquisas, nas bancadas dos laboratórios. Seria muito importante ouvi-las daqui a um ano para termos a real dimensão do que foi o impacto da pandemia do ponto de vista das desigualdades de gênero.

CGT - Qual a sua expectativa para o futuro das mulheres nas ciências no Brasil?

Sandra - Sabemos quais são as dificuldades, os desafios, mas também sabemos que somos muitas e com conhecimento dos nossos direitos, do nosso potencial como cientistas (no meu caso uma cientista social) para contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Apesar dos retrocessos das políticas de ação afirmativa, dos cortes de recursos e de investimentos para as pesquisas, do ataque aos estudos de gênero, raça e diversidade sexual, não há como retroceder da posição de crítica ao *status quo*. Assumindo o clichê, digo que a luta continua e segue renovada pelos crescentes coletivos de mulheres jovens, negras, lésbicas e trans que nos mantêm em alerta para rever a forma como vimos produzindo nossos estudos e influência nas políticas de equidade. Digo isso porque não é fácil olharmos para dentro dos nossos movimentos historicamente constituídos. Para mim é *ad aeternum* aprendizado.

CGT – Tem algum assunto que você gostaria de abordar e não foi perguntado?

Sandra - Agradeço muitíssimo essa oportunidade de lembrar minha trajetória pessoal e profissional. Foi para mim um rico exercício de autorreflexão. Espero ter contribuído para novas reflexões e mesmo para críticas que possam trazer novos questionamentos para nosso campo de estudos.

NOTAS

* Entrevista realizada via e-mail no ano de 2021.

¹ Para mais detalhes ver: In: BRUSCHINI, C & UNBEHAUM, S. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (orgs). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: Ed 34, 2002, 17-58.

² Interpretando_o gênero | Revista Estudos Feministas (ufsc.br)

³ VIANNA, C.; CARVALHO, M. (org.). Gênero e educação – 20 anos construindo o conhecimento. São Paulo: Autêntica, 2020. v. 1.

⁴ https://fvc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/estudos_e_pesquisas_educacionais_vol_3.pdf

⁵ <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/elas-nas-ciencias-um-estudo-para-a-equidade-de-genero-no-ensino-medio,db9f82d7-9920-4e0b-b025-35fcc90d97c5>

⁶ UNBEHAUM, S.; GAVA, T.; OLIVEIRA, E. B. Um olhar para a socialização na construção das desigualdades de gênero no contexto escolar. In: VIANNA, C.; CARVALHO, M. (org.). Gênero e educação – 20 anos construindo o conhecimento. São Paulo: Autêntica, 2020. v. 1, p. 129-142.

⁷ ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf

⁸ Slide 1 (filesusr.com) (Parent in Science | Maternidade e Ciência)

Recebido: 21/07/2022.

Aprovado: 25/08/2022.

DOI: 10.3895/cgt.v15n46.15.753

Como citar:

CASAGRANDE, Lindamir Salete. Sandra Gouretti Unbehaum fala aos Cadernos de Gênero e Tecnologia. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v.15, n. 46, p. 5-18, jul./dez. 2022.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

